

ENTRE NÓS E ELES: O ENQUADRAMENTO DO G1 SOBRE A MORTE YANOMAMI

BETWEEN US AND THEM: G1'S FRAMING OF THE YANOMAMI DEATH

Marcelo Almeida Duarte¹

Pedro Pinto de Oliveira²

RESUMO:

Urihi Associação Yanomami valendo-se de registros fotográficos deu visibilidade à condição de subalimentação dos indígenas yanomami da região do Surucucu, no oeste de Roraima. Em janeiro de 2023, uma fotografia de uma indígena morta ganhou visibilidade no portal de notícias G1, tratando-se do retrato de uma indígena em estado grave de desnutrição. No mesmo período, a associação yanomami solicitou o apagamento da fotografia dos veículos de comunicação. A questão central do presente trabalho: ao comunicar a morte da indígena, o G1, inserido em nosso contexto midiático, provoca um afastamento do modo como os yanomami pensam a morte para dar inteligibilidade a esse acontecimento em nossa cultura. Nossa pergunta condutora:

- 1 Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - UFMT - linha de pesquisa: Comunicação e Mediações Culturais. Mestre em Comunicação pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso, com ênfase em Estéticas e Narrativas (2022), pós-graduado em gestão de empresas pelo Instituto Cenes (2022) e historiador pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia (2014). Integrante do Grupo de Pesquisa Limiar Estudos de Linguagem e Mídia (<http://grupolimiar.net>). Se dedica à investigação da prática social da morte assistida sob uma abordagem comunicacional pragmatista. O foco é compreender o conjunto de ações dos indivíduos diante das problemáticas que emergem juntamente com o ato de antecipar a morte legalmente. Além disso, possui interesse em temas como comunicação praxiológica, biopolítica, subjetividade, produção de verdade, existências desviantes e patologização do cotidiano. almeidamarceloduarte@hotmail.com
- 2 Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Pós-Doutorado em Comunicação e Artes na Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã/Portugal (2017). Pós-Doutorado em Comunicação e Política no Instituto Politécnico de Coimbra/Portugal (2023/2024). Docente e Pesquisador Associado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO/UFMT e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM/UFMT. Membro do Conselho Editorial e Científico da Revista Estudos em Comunicação do LabCom da Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã/Portugal. Membro da Força Tarefa de Comunicação Multimodal da IAMCR. Vice-coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação Multimodal da IAMCR. Coordenador do Grupo de Pesquisa Multimundos da UFMT. Áreas de interesse: Comunicação, Cultura, Filosofia e Política, com ênfase em Cinema e Audiovisual, atuando principalmente nas temáticas de Acontecimentos e Figuras Públicas e desenvolvimento de Ensaio Audiovisual Científico e Jornalismo Cinematográfico.

quais os quadros de sentidos usados pelo jornal para traduzir a morte da indígena para nossa cultura? Como fundamentos, fazemos uso dos conceitos de acontecimento (Quéré, 2005, 2012), da noção de enquadramento (Goffman, 2012), de *framing* e *frames* (Gradim, 2021); da noção de cultura com Eduardo Viveiros de Castro (2014) e da perspectiva da filosofia pragmatista. Identificamos que o enquadramento dado ao acontecimento morte da indígena focou no quadro ‘saúde pública’. Isso ficou evidente pelas ligações exteriores que o jornal produz entorno da morte. Instaurando uma temporalidade estranha aos olhos da cultura yanomami, conduzindo a morte a uma problemática que escapa a cosmologia dos indígenas. Entre os achados, concluímos que o enquadramento dado a morte da indígena tem a função de tornar tal morte compreensível para nossa cultura e dessa forma tornando o acontecimento inteligível para o leitor do jornal.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; enquadramento; acontecimento; yanomami; morte.

ABSTRACT:

The Urihi Yanomami Association used photographic records to bring attention to the malnourished condition of the yanomami indigenous people in the Surucucu region of western Roraima. In January 2023, a photograph of a deceased indigenous woman, severely malnourished, was featured on the G1 news portal. During the same period, the yanomami association requested that the photograph be removed from the media. The paper’s central question is whether reporting the death of the indigenous woman, G1, in a mediatized context distances itself from the way the yanomami think about death in order to make the event intelligible in our culture. The guiding question is what frames of meaning the newspaper uses to translate the indigenous woman’s death into our culture. As a basis, this text draws on the concepts of happening (Quéré, 2005, 2012), framing (Goffman, 2012), culture with Eduardo Viveiros de Castro (2014), and the perspective of pragmatist philosophy. The framing given to the death of the indigenous woman was identified as being focused on the ‘public health’ frame. This was evident from the external links that the newspaper produced around the death. The article establishes a temporal framework that is not part of yanomami culture, making death a concept that does not align with indigenous cosmology. The conclusion drawn from the findings is that the framing of the indigenous woman’s death serves the purpose of making it understandable to non-indigenous readers.

KEYWORDS: communication; framing; happening; yanomami; death.

INTRODUÇÃO

A comunidade indígena yanomami, estendendo-se por toda a região do Surucucu, abrangendo o estado de Roraima, Brasil, e o Parque Nacional Parima Tapirapecó, na Venezuela, constitui um dos grupos étnicos mais expressivos dessa área na América do Sul. Sua população combinada no Brasil e na Venezuela é estimada em cerca de 26 mil pessoas, das quais aproximadamente 17 mil residem no Brasil, distribuídas em 300 comunidades (História [...], [2015]). Nessas terras brasileiras, os yanomami encontram apoio por meio de associações locais.

Dentre essas associações, destaca-se a Urihi Associação Yanomami, aqui referida como “associação”, que buscou, por meio de registros fotográficos, evidenciar a exploração ilegal e predatória da floresta por parte dos “brancos”, representados pelos garimpeiros ilegais. Para os yanomami, os grandes garimpos são conhecidos como *Napë wakari pë*, e são vistos como invasores estrangeiros que deixam enormes buracos na terra, fontes de exalações doentias conhecidas como *xawara*, como relatado por Kopenawa e Albert (2015). Além disso, esses registros visuais evidenciaram como a pandemia do Sars-CoV-2 se materializou nos corpos e na vida dos indígenas yanomami da região do Surucucu.

Em dezembro de 2022, a associação fotografou indígenas yanomami em condições de extrema desnutrição. Essas fotografias ganharam uma dimensão de comoção nacional ao revelar não somente o estado físico-corporal dos indígenas, como também denunciar o aniquilamento de um povo. Os jornais brasileiros disputaram, entre dezembro 2022 e janeiro de 2023, formas de interpretar e contextualizar as fotografias buscando uma significação para a situação dos yanomami.

Dentre os inúmeros jornais, o portal de notícias do Grupo Globo, G1, chamou a atenção dos autores deste artigo ao oferecer uma cobertura diária - e eticamente problemática em vários pontos - do chamado “caso yanomami” e, acima de tudo, por se valer amplamente das fotografias da associação. Em dezembro de 2022, a associação divulgou a fotografia de uma indígena idosa em severo estado de desnutrição, era possível notar as costelas saltando sobre a fina pele que escondia ligeiramente os ossos. A fragilidade e debilitação da indígena ao tentar se equilibrar sobre uma balança evidenciava uma condição de vida insustentável. Para nossa cultura, a imagem traduzia um quadro de desnutrição, para os yanomami era mais uma *xawara* entre outros tantas que os *napë* produziam na população - o vocábulo *napë* pode significar branco forasteiro ou inimigo,

dependendo das atitudes do sujeito em relação à aldeia (Kopenawa; Albert, 2015). Dessa forma, para os yanomami o que se passa não é algo novo ou um acontecimento e sim a continuidade das *xawara* dos *napë* que já fazem parte do cotidiano da aldeia.

Na ocasião, o G1 e outros veículos reproduziram a fotografia da indígena, juntamente com outras fotos de crianças yanomami afetadas pela desnutrição. Esse conjunto de imagens tinha como função, dentro do texto jornalístico, testemunhar sobre a situação dos yanomami da região do Surucucu. Contudo, em janeiro de 2023, a fotografia da indígena reaparece na cobertura do G1, de forma isolada e ganhando uma outra significação não prevista. Entretanto, a associação, por meio de nota, solicitou a retirada da fotografia da mulher da mídia jornalística em respeito ao modo como os yanomami compreendem a morte. Para a cosmologia yanomami, a morte é marcada pela dissolução dos rastros do morto: seu rosto deve ser esquecido, seus pertences queimados e toda materialidade que remeta ao morto deve esvair-se juntamente com ele (Kopenawa; Albert, 2015).

Apesar da cosmologia yanomami, o G1 obteve autorização da associação para divulgar a imagem da mulher em sua cobertura, de modo a enquadrá-la nas disputas de narrativas sobre a situação dos yanomami. Buscando compreender os modos de produção de sentidos da prática jornalística - o que leva a questionar, ainda que não seja o foco deste artigo, os limites dos interesses políticos dos jornais ante o respeito à cosmologia yanomami e, igualmente, os jogos de poder da associação em relação as mais de 150 etnias que compõem o povo.

Ao comunicar a morte da indígena, o G1, inserido em nossa cultura, provoca um afastamento no modo como os yanomami pensam a morte para dar inteligibilidade a esse acontecimento em nossa cultura. Isto posto, a questão que enfrentamos é: quais quadros de sentidos são usados pelo jornal para traduzir a morte da indígena para nossa cultura?

Outras questões também se abrem. No que diz respeito ao encadeamento temporal: qual o passado, presente e futuro são convocados para contextualizar a morte da indígena? No que se refere ao encadeamento narrativo: quais argumentos, estilística, retórica, discursos e atores sociais ganham visibilidade ao comunicar a morte da indígena? O que escapou ao jornal e o que foi o centro do comunicar a morte da indígena? Sem dúvida alguma, essas questões não esgotam a profundidade do problema de pesquisa, mas visam traçar um caminho de investigação.

O objetivo do artigo é descrever e compreender como o portal de notícias G1 administrou, enquadrou e organizou, por intermédio do discurso jornalístico, a morte da indígena, suscitando, assim, diferentes modos de inteligibilidade para o acontecimento. Sem dúvida, o ato da associação de fotografar os yanomami já se constitui como um enquadramento, mas as fotografias, ao circularem na imprensa, encontram a possibilidade de adentrarem em outros jogos de sentidos não previamente esperados em sua origem. Nosso propósito não é fazer uma discussão a respeito da teoria da imagem nem de seus usos sociais. Todavia, compreendemos a importância da imagem para leitura do mundo e suas nuances. Segundo o professor e pesquisador Vinicius Souza (2014), as fotografias escolhidas para representarem um dado evento não são aleatórias, elas instauram sentidos e emoções.

Acreditamos que essa pesquisa seja importante para a área e para o ofício jornalístico, uma vez que permite esclarecer o processo comunicacional de transformação do acontecimento em forma discursiva ao atribuir-lhe uma dimensão pública. No decurso da análise do *corpus* selecionado, se reflete como o jornal, ao comunicar a morte da indígena, estabelece uma ordem discursiva para que seus leitores imaginados possam buscar dentro da nossa cultura quadros de inteligibilidade e valores referenciais de identificação. É claro que a associação também realiza esse gesto ao dar visibilidade ao povo yanomami para além de suas fronteiras. Tais esquemas não são da ordem individual, mas repousam em nossa cultura. E o veículo jornalístico, portanto, funciona como um dispositivo privilegiado de regulação dos sentidos do acontecimento ao enquadrá-lo em esquemas e interpretações já disponíveis e, no limite, lança-o em disputas políticas que fere gravemente a ontologia indígena - apesar do jornalismo justificar suas ações como neutras, desinteressadas, éticas e capturando objetivamente um sentido já dado pelo próprio acontecimento.

A função do jornalismo e da comunicação vai além de simplesmente representar o mundo em que vivemos; eles nos permitem não apenas descrever a realidade, mas também participar coletivamente em rituais sociais nos quais estabelecemos diálogos com outros, compartilhando diferentes aspectos da vida, incluindo questões como a morte de comunidades indígenas, que são frequentemente consideradas dispensáveis.

PERSPECTIVA PRAGMATISTA DO ACONTECIMENTO E OS QUADROS DE SENTIDO

Para proceder com a pesquisa, utilizamos os conceitos de acontecimento (Quéré, 2005, 2012), da noção de enquadramento (Goffman, 2012), de *framing* e *frames* (Gradim,

2021), o pensamento antropológico sobre cultura de Eduardo Viveiros de Castro (2014) e do contexto na perspectiva da filosofia pragmatista. No texto *A teoria da Investigação* escrito por John Dewey (1974), o filósofo reflete sobre o acontecimento em sua natureza existencial, apontando para a necessidade de nos atentarmos a transformação do acontecimento: de um estado existencial para um objeto de julgamento, e para a comunicação do acontecimento. Na esteira do pensamento *deweyano*, Louis Quéré (2005, 2012) concebe o acontecimento em uma dupla vida. A primeira vida é a existencial, primária, tendo a sua existência registrada em nossas emoções, afetos e sentimentos. A segunda vida do acontecimento é a sua passagem de fenômeno existencial para objeto de conhecimento cultural. É pela cultura que o acontecimento passa a ser inscrito como um objeto do pensamento, ocorrendo um processo de simbolização e acréscimos de significados. Nessa mudança entre a primeira e segunda vida, o acontecimento é inscrito na conduta dos indivíduos. É neste ponto que a comunicação, pensada de forma pragmatista, revela a dimensão prática do acontecimento. Dewey (1974) aponta que a comunicação é a responsável pela significação dos acontecimentos. Para o autor, quando se dá a comunicação os acontecimentos passam por um processo de reconsideração, são adaptados para servirem a diferentes esquemas de conversação. Na esteira desse pensamento, Louis Quéré (2012) afirma que a comunicação não tem como função exclusiva anunciar os acontecimentos, nomeá-los ou atribuir-lhes rótulos. Na perspectiva comunicacional pragmatista os significados atribuídos ao acontecimento são sempre dos efeitos às causas, é a combinação/junção do contexto mais uso. Sem o contexto teríamos apenas uma relação semântica.

À vista disso, neste trabalho se considera como a primeira vida do acontecimento a morte da indígena. A segunda vida desse acontecimento é comunicada pela reportagem “Morre mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição” (2023); o texto jornalístico nos convida a lidar com o acontecimento emergente que provoca uma descontinuidade. Procurasse dar uma inteligibilidade em um contexto que forneça elementos para significação do acontecimento. Ao emergir em sua segunda vida, o acontecimento convoca questões que extrapolam a sua primeira vida, tal como se a morte da indígena seria evitável, se é possível estabelecer uma lógica de previsibilidade de morte para outras mulheres da mesma faixa etária. Essas são algumas das problemáticas dentre inúmeras que nascem juntamente à segunda vida do acontecimento, e que, em certa medida, vão conduzir o engajamento dos indivíduos, em um certo horizonte de ações.

Para Erving Goffman (2012), os quadros de sentidos são estruturas cognitivas convocadas pelo indivíduo para tornar uma certa situação inteligível, compreensível e administrável. Tais quadros são coletivos e por isso são estruturas socialmente aceitas e reconhecidas. Enquanto o jornalismo é uma prática social e discursiva, ele busca nos quadros de sentidos da cultura na qual está inserido elementos para descrever e significar a morte da indígena. A professora Anabela Gradim (2021) para falar de enquadramento faz uso do termo *framing*. Para Gradim (2021), entre as definições possíveis de *framing*, a mais usada é a que define o conceito como: selecionamento de determinados aspectos da realidade, os tornando comunicáveis, promovendo um enquadramento particular de uma determinada situação. Dessa forma, ao comunicar a morte da indígena, o G1 convida o seu leitor imaginário a observar a morte à luz de um determinado enquadramento oriundo da nossa cultura. O enquadramento pode ser interpretado como ação ou gesto de poder, ele não determina verticalmente as condições de emergência do acontecimento, mas visa delimitar por meio de molduras de significados a esfera da aparição em si.

O professor e pesquisador Eduardo Viveiros de Castro (2014) argumenta que a cultura para os povos originários parece dispor de um repertório mais ou menos estabelecido, fechado em termos e conceitos. É preciso o uso de dispositivos semânticos ou, como ele denomina, modificadores a depender do contexto. Os indivíduos inseridos nessa cultura fazem uso desses modificadores para explicar as relações. Interessamo-nos pelas nuances culturais. O jornal traduz para seu leitor a morte da indígena, pois este não dispõe de dispositivos semânticos ou modificadores para compreender a morte da indígena na cultura yanomami.

Thamy Pogrebinski (2005) lembra da importância do contexto do pragmatismo ao analisar um acontecimento. A inobservância do contexto pode levar a uma adulteração dos resultados. Ou seja, a multiplicidade de quadros de sentidos distribuídos pela cultura deve ter sua apreciação dentro do contexto no qual são convocados. O *framing* adotado para compreender um acontecimento pode acarretar diferentes investigações. Neste trabalho, se evitou considerar o jornalismo - e sua produção de sentido através dos quadros primários sociais - como exterior ao comunicar da morte da indígena. O enquadramento que o jornal dá à morte da indígena leva em consideração o contexto em que as fotografias ganham notoriedade: garimpo ilegal; fome; desvio de verbas; eleições presidenciais etc.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Nosso percurso metodológico partiu da problematização com a pergunta condutora: como e quais quadros são acionados pelo G1 para comunicar um acontecimento relacionado com a cultura yanomami? Para análise de como o acontecimento morte da indígena passa por um enquadramento para se tornar inteligível para nossa cultura, utilizamos das etapas metodológicas de individuação do acontecimento (Quéré, 2011). Quando ocorre o relatar de um acontecimento dá-se a tentativa de organizá-lo de certa forma, de atribuir a ele um certo sentido (que não há previamente), de torná-lo compreensível, acessível ao público e atribuir uma posição identitária para separá-lo de outros acontecimentos. Todo esse processo se dá na e pela cultura, os sentidos, os relatos, a organização precisam se valer da cultura com a qual se comunica o acontecimento. Para Quéré, a individuação é o esforço para atribuir uma particularidade ao acontecimento e inscrevê-lo na tessitura cotidiana das pessoas. Dessa forma, a individuação é processo coletivo de socialização do acontecimento e não uma recepção passiva e inerte por parte do público.

Usando o procedimento de individuação proposto por Quéré (2011), enquanto grade analítica, nossa visada crítica da reportagem seguiu o seguinte processo metodológico:

- a) observar a descrição: onde ocorre a categorização do acontecimento, morte da indígena;
- b) observar a narrativização: adequação do acontecimento morte em um modelo temporal entendido dentro da cultura a qual é comunicado a morte;
- c) apreender o pano de fundo pragmático: atribuição de um sentido concreto e perceptível para se fazer ver com maior nitidez a morte da indígena;
- d) delimitar a caracterização como um problema público: a revisão do acontecimento enquanto desencadeador de uma problemática de ordem pública; é preciso tirar o singular da morte da indígena e colocar, no geral, entre a morte da indígena e a nossa cultura o que se constitui como um problema comum; e, por último,
- e) refletir sobre a normalização: a minimização do impacto do acontecimento e o seu enquadramento no dia a dia das pessoas, tornando a morte da indígena senão um evento previsível, ao menos possível com base nos elementos dispostos no contexto de sua emergência.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO CORPUS

Em janeiro de 2023, tivemos o primeiro contato com a situação dos povos yanomami por intermédio das inúmeras coberturas jornalísticas que mostravam a condição desumana e perversa dos indígenas da região do Surucucu. Naquele momento nos deparamos com uma nota da Urihi Associação Yanomami, replicada em diversos jornais, pedindo a retirada da fotografia da indígena. Reproduzimos em partes a nota da associação:

Gostaríamos de pedir a todos que evitem a partir deste momento o compartilhamento da imagem dela [...] Na cultura Yanomami, após o falecimento, não pronunciamos o nome da pessoa, queimamos todos os seus pertences, e não permitimos que fotografias permaneçam sendo divulgadas (Urihi Associação Yanomami, 2023).

Na ocasião, a preocupação do estudo era compreender como as diferenças culturais e comunicacionais entre as diversas experiências contemporâneas da morte possibilitam diferentes significações para um mesmo acontecimento. A atenção dos autores foi fisgada pela controvérsia instaurada entre o jornal G1 que manteve a publicação da foto e o modo como os yanomami tratam seus mortos. Ao mergulharmos nessa controvérsia, optamos por analisar a reportagem onde a presença morta da indígena era convocada por meio da fotografia. Observando a existência ou não de alguma indicação da razão da permanência da imagem, mesmo indo contra a cosmologia e o modo como os yanomami pensam e tratam a morte. Nossa hipótese é que a associação reconhece em nossa cultura a imagem como agenciadora de comoção e instrumento de agenciamentos políticos, por isso permitiu a reprodução da fotografia. No entanto, é relevante ponderar se a capacidade de influência da imagem em nossa sociedade é motivo suficiente para sobrepor a cosmovisão de um povo originário.

Partindo desses três critérios de seleção expostos acima (1. *tema*; 2. *relevância nacional*; e 3. *veículo jornalístico*), optamos por explorar como a morte da indígena foi enquadrada discursivamente pelo G1 para dar visibilidade à situação yanomami. Como recorte espaço-temporal do trabalho, a análise se deu quando a associação pediu para que os jornais não replicassem a fotografia da indígena e a sua permanência na matéria do G1 (reportagem “Morre mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição”, de janeiro de 2023). Como condição para atender ao problema de pesquisa, escolhemos essa reportagem, a fim de compreender e descrever como o jornal enquadra a morte da indígena, a tornando compreensível para seus leitores. Reiteramos que o nosso propósito não foi analisar a imagem, nem a produção de sentido visual, mas a moldura de sentido que o jornal deu às imagens.

OS QUADROS DE SENTIDOS DO G1

Neste tópico, apresentamos o processo de individuação do acontecimento morte da indígena. O propósito é apresentar os enquadramentos utilizados para fazer com que essa morte tivesse visibilidade dentro da nossa cultura. Salientamos, todavia, e como se verá adiante, o contexto em que ocorre a morte da indígena é fundamental para o comunicar dessa morte. Analisamos o processo de individuação do acontecimento na reportagem do dia 22/01/2023, na qual a morte da indígena ganha espaço e notoriedade.

DESCRIÇÃO DA REPORTAGEM DO DIA 22/01/2023

A reportagem “Morre mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição” (2023) **descreve** o acontecimento da morte da indígena no enquadramento da “saúde pública”. Referente à **narrativização**, há duas temporalidades que se coadunam. A primeira dimensão é o tempo *continuum*, no qual passado, presente e futuro se entrelaçam, destacando as doenças que afligem os indígenas yanomami, há um tempo suspensivo. Este outro tempo estabelece uma quebra na situação em andamento dos yanomami. Esse tempo suspensivo é convocado quando o jornal enuncia a morte da indígena: “ela tinha 65 anos e era da comunidade Kataroa” (Morre [...], 2023).

O **pano de fundo**, no qual a morte da indígena é descrita como um acontecimento emergente, convida o leitor imaginário a visualizar o panorama do aumento e do avanço sem controle de enfermidades entre os povos yanomami: “a Terra Indígena Yanomam registra nos últimos anos agravamento na saúde dos indígenas, com casos graves de crianças e adultos com desnutrição severa, verminose e malária[...]” (Morre [...], 2023). Observa-se que neste ponto o tempo *continuum* é convocado novamente como estratégia de **narrativização**, pois o G1 comunica uma situação que não obteve desfecho e continua em curso, como fica evidente no enunciado: “registra nos últimos anos”. Assim, a morte da indígena é, ao mesmo tempo, instante suspensivo e emergente e indício do que ainda ocorre na região do Surucucu.

Enquanto **problema público**, a morte da indígena é inscrita numa problemática comum a muitos brasileiros, a dificuldade de ter acesso à saúde por parte de moradores das áreas mais remotas do país. Diante desse contexto, a reportagem buscou mostrar uma solução a partir das propostas do atual governo do presidente Lula. O jornal traz o seguinte enunciado: “Ministério estuda acelerar um edital do Programa Mais Médicos para

recrutar profissionais para atuação nos Distritos Sanitários Indígenas (Dsei)” (Morre [...], 2023). Não é de forma despretensiosa que o G1 comunica a volta do “Programa Mais Médicos”, ele o faz na intenção de amarrá-lo a ocorrências políticas do passado. Para que o leitor possa entender essa “amarração” por parte do jornal é necessário retornar ao ano de 2019. Na época, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) convocou a imprensa e a população para acompanhar o lançamento do programa “Médicos pelo Brasil”, no qual a promessa feita era substituir o programa anterior, reforçar a atenção primária, acabar com a necessidade de trazer médicos cubanos para o país e valorizar a medicina brasileira. Entretanto, o programa nasceu natimorto, uma vez que não se abriu nenhum edital para profissionais da saúde.

Usando de números e registros, o G1 estabelece uma correlação entre a morte da indígena e outras mortes do povo yanomami com a má gestão de Bolsonaro: “só em 2022 [...] 99 crianças Yanomami morreram, na maioria, por desnutrição, pneumonia e diarreia, doenças evitáveis”. Ao utilizar a expressão “doenças evitáveis” (Morre [...], 2023), o jornal situa o evento como um fenômeno que poderia ter sido prevenido no corpo dos yanomami caso o Estado tivesse providenciado a assistência devida. Há um esforço manifesto por parte do jornal em estabelecer uma cadeia de eventos, seguindo uma lógica de causa e efeito, que derivam das ações humanas e, conseqüentemente, atribuem responsabilidade ao governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

O portal de notícias busca conduzir a morte para essa linha de inteligibilidade, de relações, de efeitos e de interpretações. Ressalta-se que o leitor não é um agente passivo diante do texto jornalístico. O leitor, por seu turno, partindo dos seus quadros de sentidos, que são múltiplos, pode concordar ou não com o enquadramento utilizado pelo jornal para comunicar a morte. A **normalização** da morte é inserida no cenário de culpabilidade do governo brasileiro no tocante ao desamparo das comunidades indígenas e a omissão na fiscalização dos serviços prestados.

O ENQUADRAMENTO DO ACONTECIMENTO MORTE DA INDÍGENA

A partir do princípio de individuação proposta por Quéré (2011), sintetizamos da seguinte forma o enquadramento do acontecimento morte da indígena. Quanto à *descrição*: o jornal adjetiva a morte da indígena e a experiência dos yanomami ao usar a expressão: **desnutrição severa**. A morte da indígena ganha, pela nossa cultura, uma dimensão que

escapa dos yanomami; ao adjetivar a morte o jornal instaura uma valoração que é estranha aos indígenas, para os yanomami não existe desnutrição severa e sim uma *xawara*.

Quanto à **narrativização**: a fotografia da indígena morta é o rastro da sua existência na terra, aparecendo no texto jornalístico como uma disjunção temporal e uma outra fulguração do horizonte. A presença dela evidencia uma temporalidade que marca um início, meio e fim. Na cultura yanomami, não existe a mesma noção de temporalidade encontrada em outras sociedades, tal como a nossa. A morte da indígena é destacada para ilustrar o futuro indesejável que se procura evitar por meio de ações no presente, visando interferir no curso das circunstâncias dos yanomami. O tempo *continuum* é invocado para registrar o que ainda aflige os yanomami, como a **desnutrição severa**. A imagem da indígena falecida não pode ser apagada, pois dentro de nossa cultura ela simboliza o terror e traz à tona as possibilidades de genocídio que assombram os yanomami.

Referente ao **fundo pragmático**: a morte da indígena está inscrita no desmanche do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal morte precisa ser comunicada para servir como testemunho do abandono do SUS por parte do governo e como isso afeta as populações indígenas na totalidade, provocando uma movimentação em diferentes personagens sociais, ou seja, como os indivíduos vão se organizar em uma rede de colaboração, associação e comunicação entorno da questão do apagamento de um povo originário.

Quanto ao **problema público**: a morte da indígena é enquadrada como um **problema público** ocasionado pela ineficiência do SUS em atender às regiões mais distantes. A morte da indígena é o lastro de como a precariedade na saúde fomentou a situação dos yanomami. O jornal joga com a morte da indígena e com a interdiscursividade, é de conhecimento comum que o Brasil tem dimensões continentais e possui regiões de difícil alcance e isso compromete o acesso de populares aos serviços básicos de assistência fornecidos pelo SUS. Assim, a morte da indígena é um convite ao leitor a compreender o caráter desumano da situação dos yanomami e da saúde na totalidade. No que se refere à **normalização**: a morte da indígena é inserida na trama de abandono dos povos originários por parte do Estado brasileiro. Os números apresentados pelo portal de notícias corroboram para a normalização do acontecimento morte.

É possível afirmar que ao comunicar a morte da indígena, o G1, inserido em nossa cultura, provoca um afastamento no modo como os yanomami pensam a morte para dar inteligibilidade a esse acontecimento em nossa cultura. Isto posto, os quadros de sentidos

usados pelo jornal para traduzir a morte da indígena para nossa cultura buscam significar a morte dentro de um contexto mais amplo que faça sentido ao leitor, como o acesso a serviços básicos ofertados pelo SUS.

No que diz respeito ao encadeamento temporal, a morte da indígena foi inscrita em um tempo que não coaduna com o tempo dos yanomami, a série de eventos evocados pelo jornal fazem parte da nossa experiência cultural. Na matéria, passado, presente e futuro são convocados para contextualizar a morte da indígena, estabelecendo um diálogo com questões políticas. O passado do evento, a morte da indígena, é delineado como um passado político, enquanto o presente reflete as consequências das omissões do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas. O futuro é apresentado como uma possibilidade de repetição da tragédia devido a “doenças evitáveis”, caso não ocorra uma mudança na postura do Estado.

No tocante ao encadeamento narrativo: os argumentos passam pela crise sanitária; a estilística retórica busca reforçar a condição desumana dos yanomami, os discursos e atores sociais que ganham visibilidade ao comunicar a morte da indígena são atores com saber técnico que podem atestar a condição de crise humanitária dos yanomami, como fica evidente no enunciado: “o médico tropicalista André Siqueira, [...] diz ter testemunhado ‘a pior situação de saúde e humanitária’” (Morre [...], 2023).

O que escapou ao jornal foram as nuances culturais dos yanomami, a morte entre os povos originários escapa à nossa cultura e à nossa forma de compreender esse acontecimento. O jornal deixou de lado o fato de a imagem da indígena morta ter a capacidade de afetar diretamente o espírito dos seus parentes, a fotografia dela é uma forma de linguagem que retorna a mulher morta para a comunidade dos vivos e pode acarretar doenças (Kopenawa; Albert, 2015). Por outro lado, a centralidade do comunicar a morte da indígena se deu pelo desenvolvimento de uma narrativa que desse um direcionamento para a omissão do governo, em especial da gestão de Jair Messias Bolsonaro.

Ao apresentar a imagem da indígena com o rosto “borrado”, o jornal destaca algo significativo em nossa cultura: a associação da identidade ao rosto. Além disso, o uso da fotografia em preto e branco para retratar a morte é notável, considerando que essas cores são elementos culturais que tradicionalmente utilizamos para expressar o conceito de morte e o ato de morrer. Por meio dessa nova significação, a fotografia adotou um discurso que não havia sido previamente considerado.

Outro aspecto relevante é a abordagem jornalística que, ao enquadrar a morte dentro dos nossos próprios termos culturais, privaria o povo yanomami de qualquer capacidade de agência, resultando em uma violência discursiva que silencia as possibilidades dos indígenas de se representarem na mídia. Embora o G1 conte com o respaldo de uma associação yanomami, é importante ressaltar que essa organização não representa a totalidade do povo, mas sim busca constantemente fortalecer a capacidade de ação e representação dos indígenas.

A postura adotada pelo G1, ao satisfazer a “fome discursiva” de nossa cultura, transgride não apenas o artigo 11º do código de ética do jornalismo, que, segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (2014), preconiza evitar a divulgação de informações de caráter mórbido, mas também compromete a própria luta dos yanomami por sua existência e viola os direitos dos povos originários assegurados pela Constituição Federal. Diversas comunidades indígenas têm desenvolvido diretrizes para orientar jornalistas na abordagem de temas sensíveis, como é o caso dos yanomami (Fonte; Gallas, 2022). A reflexão sobre a cobertura jornalística do G1 acerca do povo yanomami ressalta a necessidade de os jornalistas compreenderem mais profundamente os aspectos socioculturais dessas comunidades, de modo a não aplicarem abordagens técnicas genéricas sem considerar as particularidades das vivências humanas, evitando assim silenciamentos epistêmicos.

ÚLTIMOS APONTAMENTOS

Entre a nossa cultura e a cultura yanomami o que nos difere é a dimensão constitutiva da linguagem. As práticas e os costumes são constituídos pela linguagem e isso se refere tanto ao mundo dos vivos como ao mundo dos mortos. Quéré (2018) afirma que a linguagem é parte integrante da própria realidade, ou seja, é por intermédio dela que descrevemos e relatamos o mundo ao nosso redor. Na compreensão dos autores desse artigo, a segunda vida do acontecimento morte da indígena dado pela cultura yanomami se dá no apagamento no campo da linguagem, isso parece evidente quando olhamos como o nomear de quem já morreu é complexo nos yanomami:

Quando meu pai faleceu, minha mãe ainda me carregava no colo; não tenho nenhuma lembrança dele. Não sei seu nome. Ninguém me revelou, nem mesmo minha mãe. Minha irmã mais velha, do mesmo modo, jamais falou comigo de nosso pai. Sua boca, com certeza, tinha medo (Kopenawa; Albert, 2015, p. 237).

É preciso lembrar constantemente que não se pode constituir o morto por intermédio da linguagem na aldeia dos vivos. Ou seja, o apagamento do acontecimento morte nunca se dá por completo, para apagar é preciso que exista, se não existe na linguagem, sua existência está na memória: [...] “quando criança, vivi num lugar que era chamado de Marakana, na beira do rio Toototobi. Foi lá que meu pai morreu” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 238). É possível dizer que a linguagem para os yanomami é a própria vida e um sinalizador dos limites entre o mundo dos vivos e dos mortos. Isso é reforçado pelo estado de vigilância constante por parte dos membros da aldeia sobre o pronunciar do nome dos mortos. Se para os yanomami existe uma vigilância para que a linguagem não traga novamente o morto para aldeia, em nossa cultura o morto passa a fazer parte de uma numerologia de mortes que pode servir para testemunhar determinadas situações e fomentar políticas públicas.

De acordo com Eduardo Viveiros de Castro (2014), a maneira como cada cultura lida com diferentes acontecimentos é o que desencadeia uma diferenciação, sendo a organização cultural evidente na troca de conteúdos afetivos e na vida em grupo. Para os yanomami, a morte desempenha um papel fundamental na cultura e na própria estruturação social. Moisés Ramalho (2008), antropólogo, destaca que o apagamento do outro possui implicações sociais profundas, uma vez que a morte sustenta os alicerces da estrutura simbólica do ordenamento cosmológico dos yanomami.

Além disso, destacamos alguns pontos que consideramos relevantes e instigantes, trazidos à luz por nossa análise. O primeiro ponto é a necessidade de reconsiderar a morte não como um acontecimento universal e generalizado. Embora tenhamos consciência da inevitabilidade da morte, é a cultura e a organização social que determinam se ela será ou não uma questão central. Outro aspecto importante é a diversidade de abordagens em relação à morte em diferentes culturas. O jornal, ao questionar o significado da morte, oferece uma visão que reflete, em grande parte, as concepções predominantes em nossa cultura. Enquanto o jornal interpreta e traduz a morte da indígena como um testemunho de um genocídio em curso, os yanomami argumentam que a manutenção dos vestígios dos mortos representa um desequilíbrio social no mundo dos vivos e, conseqüentemente, em sua cosmologia.

Por fim, este trabalho se concentrou em demonstrar como um acontecimento de uma cultura diferente, ao ser comunicado para a nossa, passa por um processo de tradução para ser compreendido com elementos que façam sentido para nós. Entre nós e eles,

emerge uma diferença cultural que molda nossa percepção da vida e suas complexidades de maneiras distintas, revelando uma multiplicidade de mundos instaurados pela cultura.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. V. Esboço da cosmologia yawalapíti. *In*: CASTRO, E. V. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. 1.ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 25-86.

DEWEY, J. A teoria da investigação. *In*: DEWEY, J. **Experiência e Natureza**. São Paulo: Abril, 1974. p. 187-210. (Coleção Os pensadores: história das grandes ideias do mundo ocidental).

FANTE, E.; GALLAS, D. (org.). **Como cobrir temas indígenas: recomendações de jornalistas indígenas a jornalistas não indígenas**. Porto Alegre: Ed. dos autores, 2022.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: FENAJ, 4 ago. 2014. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRADIM, A. O contributo das teorias de framing para o diálogo intercultural. *In*: MOREIRA, B. D.; OLIVEIRA, P. P.; MATTOS, A. (org.). **Comunicação, cultura e sensibilidade: cadernos multi-mundos**. Bagé: Faith, 2021. v. 1, p. 46-55. Disponível em: <http://www.editorafaith.he.com.br/ebooks/grat/978-65-89270-07-2.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023

GRADIM, A. Para uma leitura semiótica das teorias de framing: reinterpretando o enquadramento com base na categoria peirceana de terceiridade. **Galáxia**, São Paulo, n. 35, p. 21-31, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/8TNR88cwzFYPRzbb3FmjQBC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 maio 2023

HISTÓRIA dos yanomami. **Hutukara**, Boa Vista, [2015]. Disponível em: <http://hutukara.org/index.php/hay/historia-dos-yanomami>. Acesso em: 31 maio 2023.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A fumaça do metal. *In*: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 1.ed São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 221-356

MORRE mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição. **G1**, Roraima, 22 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/22/morre-mulher-yanomami-fotografada-em-estado-grave-de-desnutricao.ghtml>. Acesso em: 4 maio 2023.

POGREBINSCHI, T. **Pragmatismo: teoria social e política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. *In*: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Acontecimento: reverberações**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

QUÉRÉ, L. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Lisboa, n. 10, p. 13-37, 2011. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/6050>. Acesso em: 15 mar. 2023.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. *In*: FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. (org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 15-50.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa n. 6, p. 59-75, 2005.

RAMALHO, M. **Os Yanomami e a morte**. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, V. G. P. Criando ícones: a construção da imagem das guerras pelas fotos. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 10, n. 16, p. 85-109, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/16145>. Acesso em: 10 abr. 2023

URIHI ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. 2003. **Nota de esclarecimento**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnvzcP1OEIp/?igsh=cTY3a3JtZWN3c2o0>

Recebido em: 22 de setembro de 2023

Aceito em: 29 de janeiro de 2024